



DIÁRIO

da Assembleia da República

IX LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2002-2003)

SESSÃO SOLENE COMEMORATIVA DO XXVIII ANIVERSÁRIO DO 25 DE ABRIL E DA ABERTURA DA IX LEGISLATURA

Presidente: Ex.^{mo} Sr. João Bosco Soares Mota Amaral

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco
Ascenso Luís Seixas Simões
Isabel Maria de Sousa Gonçalves dos Santos
António João Rodeia Machado

SUMÁRIO

Às 10 horas e 45 minutos entrou na Sala das Sessões o cortejo em que se integravam o Sr. Presidente da República, o Sr. Presidente da Assembleia da República — que saudaram, com uma vénia, os membros do Corpo Diplomático presentes —, o Sr. Primeiro-Ministro, os Srs. Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal Constitucional, os Secretários da Mesa, a representante da Secretária-Geral da Assembleia da República, o Chefe e os Secretários do Protocolo do Estado, o Chefe de Gabinete do Presidente da Assembleia da República e o Director do Gabinete de Relações Públicas e Internacionais da Assembleia da República.

No Hemiciclo encontravam-se já, além dos Deputados e Ministros, o Ministro da República para os Açores, o Ministro da República para a Madeira, o Presidente do Supremo Tribunal Administrativo, o Presidente do Tribunal de Contas, o Procurador-Geral da República, o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, o Presidente do Supremo Tribunal Militar, o Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, o Vice-Presidente da Assembleia Legislativa Regional da Madeira, o Chefe do Estado-Maior do Exército, o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, o Vice-Chefe do Estado-Maior da Armada, Conselheiros de Estado, o Vice-Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Juizes Conselheiros do Tribunal Constitucional, o Secretário-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, o Presidente da Alta Autoridade para a Comunicação Social, o Presidente da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos, o Comandante Naval, o Governador Militar de Lisboa, o Coman-

dante do Comando Operacional das Forças Terrestres, o Director Nacional da PSP e o Comandante-Geral da GNR.

Encontravam-se ainda presentes, na Tribuna A, a esposa do Presidente da República, o ex-Presidente da República Ramalho Eanes e esposa, as esposas dos Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal Constitucional, o ex-Presidente da Assembleia da República Vítor Crespo e a ex-Primeira-Ministra Maria de Lourdes Pintasilgo, na Tribuna B, o Presidente da República de Cabo Verde e esposa, acompanhados de uma delegação daquele país, e o Embaixador de Portugal na República de Cabo Verde e, nas galerias, membros do Governo, reitores de Universidades, ex-Conselheiros da Revolução, a Associação 25 de Abril, a Associação dos Deficientes das Forças Armadas, membros do Corpo Diplomático, uma representação de jovens e demais convidados.

Constituída a Mesa, na qual o Sr. Presidente da República tomou lugar à direita do Sr. Presidente da Assembleia da República, a Banda da Guarda Nacional Republicana, postada nos Passos Perdidos, executou o Hino Nacional.

Seguiram-se os discursos dos Srs. Deputados Isabel Castro (Os Verdes), Luís Fazenda (BE), Honório Novo (PCP), Luís Duque (CDS-PP), João Soares (PS) e Leonor Beleza (PSD), do Sr. Presidente da Assembleia da República e do Sr. Presidente da República.

A sessão foi encerrada eram 12 horas e 40 minutos, tendo, de novo, a banda da GNR executado o hino nacional, que foi cantado de pé.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, declaro aberta a sessão.

Eram 10 horas e 45 minutos.

A Banda da Guarda Nacional Republicana, colocada junto aos Passos Perdidos, executou o Hino Nacional.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social Democrata (PSD):

Abílio Jorge Leite Almeida Costa
 Adriana Maria Bento de Aguiar Branco
 Alexandre Bernardo Macedo Lopes Simões
 Ana Maria Sequeira Mendes Pires Manso
 António Alfredo Delgado da Silva Preto
 António da Silva Pinto de Nazaré Pereira
 António Edmundo Barbosa Montalvão Machado
 António Fernando de Pina Marques
 António Henriques de Pinho Cardão
 António Joaquim Almeida Henriques
 António Maria Almeida Braga Pinheiro Torres
 António Pedro Roque da Visitação Oliveira
 Arménio dos Santos
 Bruno Jorge Viegas Vitorino
 Carlos Alberto da Silva Gonçalves
 Carlos Alberto Rodrigues
 Carlos Jorge Martins Pereira
 Carlos Manuel de Andrade Miranda
 Carlos Parente Antunes
 Diogo Alves de Sousa de Vasconcelos
 Diogo de Sousa Almeida da Luz
 Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco
 Eugénio Fernando de Sá Cerqueira Marinho
 Fernando Manuel Lopes Penha Pereira
 Fernando Mimoso Negrão
 Fernando Pedro Peniche de Sousa Moutinho
 Fernando Santos Pereira
 Francisco José Fernandes Martins
 Gonçalo Dinis Quaresma Sousa Capitão
 Gonçalo Miguel Lopes Breda Marques
 Gonçalo Trigo de Morais de Albuquerque Reis
 Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva
 Gustavo da Silva Duarte
 Henrique José Monteiro Chaves
 Hugo José Teixeira Velosa
 Isménia Aurora Salgado dos Anjos Vieira Franco
 João Bosco Soares Mota Amaral
 João Carlos Barreiras Duarte
 João Eduardo Guimarães Moura de Sá
 João José Gago Horta
 Joaquim Carlos Vasconcelos da Ponte
 Joaquim Virgílio Leite Almeida da Costa
 Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto
 Jorge Nuno Fernandes Traila Monteiro de Sá
 Jorge Tadeu Correia Franco Morgado
 José Alberto Vasconcelos Tavares Moreira
 José António Bessa Guerra
 José António de Sousa e Silva
 José Luís Ribeiro dos Santos
 José Manuel Alvares da Costa e Oliveira
 José Manuel Carvalho Cordeiro
 José Manuel de Lemos Pavão
 José Manuel dos Santos Alves

José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro
 José Manuel Pereira da Costa
 Luís Álvaro Barbosa de Campos Ferreira
 Luís António Damásio Capoulas
 Luís Filipe Alexandre Rodrigues
 Luís Filipe Montenegro Cardoso de Morais Esteves
 Luís Manuel Machado Rodrigues
 Luís Maria de Barros Serra Marques Guedes
 Manuel Alves de Oliveira
 Manuel Filipe Correia de Jesus
 Manuel Maria Moreira
 Manuel Ricardo Dias dos Santos Fonseca de Almeida
 Maria Assunção Andrade Esteves
 Maria Aurora Moura Vieira
 Maria Clara de Sá Morais Rodrigues Carneiro Verissimo
 Maria da Graça Ferreira Proença de Carvalho
 Maria do Rosário da Silva Cardoso Águas
 Maria Eduarda de Almeida Azevedo
 Maria Elisa Rogado Contente Domingues
 Maria Eulália Silva Teixeira
 Maria Goreti Sá Maia da Costa Machado
 Maria Isilda Viscaia Lourenço de Oliveira Pegado
 Maria Leonor Couceiro Pizarro Beleza de Mendonça Tavares
 Maria Manuela Aguiar Dias Moreira
 Maria Natália Guterres V. Carrascalão da Conceição Antunes
 Maria Ofélia Fernandes dos Santos Moleiro
 Maria Teresa da Silva Morais
 Maria Teresa Pinto Basto Gouveia
 Mário da Silva Coutinho Albuquerque
 Mário Patinha Antão
 Melchior Ribeiro Pereira Moreira
 Paulo Jorge Frazão Batista dos Santos
 Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos
 Pedro Miguel de Azeredo Duarte
 Rodrigo Alexandre Cristóvão Ribeiro
 Rui Manuel Lobo Gomes da Silva
 Salvador Manuel Correia Massano Cardoso
 Vasco Manuel Henriques Cunha
 Victor do Couto Cruz
 Vítor Manuel Roque Martins dos Reis

Partido Socialista (PS):

Acácio Manuel de Frias Barreiros
 Aires Manuel Jacinto de Carvalho
 Alberto Arons Braga de Carvalho
 Alberto Bernardes Costa
 Alberto de Sousa Martins
 Alberto Marques Antunes
 Ana Maria Benavente da Silva Nuno
 António Alves Marques Júnior
 António Bento da Silva Galamba
 António de Almeida Santos
 António Fernandes da Silva Braga
 António José Martins Seguro
 António Luís Santos da Costa
 Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho
 Artur Rodrigues Pereira dos Penedos
 Ascenso Luís Seixas Simões
 Augusto Ernesto Santos Silva
 Carlos Manuel Luís
 Edite Fátima Santos Marreiros Estrela
 Eduardo Arménio do Nascimento Cabrita
 Eduardo Luís Barreto Ferro Rodrigues
 Elisa Maria da Costa Guimarães Ferreira

Fausto de Sousa Correia
 Fernando dos Santos Cabral
 Fernando Pereira Serrasqueiro
 Fernando Ribeiro Moniz
 Francisco José Pereira de Assis Miranda
 Guilherme Valdemar Pereira d'Oliveira Martins
 Jaime José Matos da Gama
 Jamila Bárbara Madeira e Madeira
 João Barroso Soares
 João Cardona Gomes Cravinho
 João Rui Gaspar de Almeida
 Joaquim Augusto Nunes Pina Moura
 Joel Eduardo Neves Hasse Ferreira
 Jorge Lacão Costa
 Jorge Manuel Gouveia Strecht Ribeiro
 José Adelmo Gouveia Bordalo Junqueiro
 José Alberto Sequeiros de Castro Pontes
 José António Fonseca Vieira da Silva
 José Apolinário Nunes Portada
 José Augusto Clemente de Carvalho
 José Carlos Correia Mota de Andrade
 José da Conceição Saraiva
 José Eduardo Vera Cruz Jardim
 José Manuel de Medeiros Ferreira
 José Manuel Lello Ribeiro de Almeida
 José Manuel Santos de Magalhães
 José Miguel Abreu de Figueiredo Medeiros
 José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa
 Júlio Francisco Miranda Calha
 Leonor Coutinho Pereira dos Santos
 Luís Afonso Cerqueira Natividade Candal
 Luís Alberto da Silva Miranda
 Luís Manuel Capoulas Santos
 Luiz Manuel Fagundes Duarte
 Manuel Pedro Cunha da Silva Pereira
 Maria Amélia do Carmo Mota Santos
 Maria Celeste Lopes da Silva Correia
 Maria Custódia Barbosa Fernandes Costa
 Maria de Belém Roseira Martins Coelho Henriques de Pina
 Maria do Carmo Romão Sacadura dos Santos
 Maria do Rosário Lopes Amaro da Costa da Luz Carneiro
 Maria Helena do Rêgo da Costa Salema Roseta
 Maria Isabel da Silva Pires de Lima
 Maximiano Alberto Rodrigues Martins
 Miguel Bernardo Ginestal Machado Monteiro Albuquerque
 Nelson da Cunha Correia
 Nelson Madeira Baltazar
 Osvaldo Alberto Rosário Sarmiento e Castro
 Paula Cristina Ferreira Guimarães Duarte
 Paulo José Fernandes Pedroso
 Renato Luís de Araújo Forte Sampaio
 Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves
 Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz
 Rosalina Maria Barbosa Martins
 Rui António Ferreira da Cunha
 Rui do Nascimento Rabaça Vieira
 Teresa Maria Neto Venda
 Vicente Jorge Lopes Gomes da Silva
 Victor Manuel Bento Baptista
 Vitalino José Ferreira Prova Canas
 Vitor Manuel Sampaio Caetano Ramalho
 Zelinda Margarida Carmo Marouço Oliveira Semedo

Partido Popular (CDS-PP):

Acílio Domingues Gala
 Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca
 Diogo Nuno de Gouveia Torres Feio
 Isabel Maria de Sousa Gonçalves dos Santos
 João Guilherme Nobre Prata Fragoso Rebelo
 João Rodrigo Pinho de Almeida
 José Miguel Nunes Anacoreta Correia
 Luís José Vieira Duque
 Manuel de Almeida Cambra
 Narana Sinai Coissoró
 Pedro Manuel Brandão Rodrigues
 Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia

Partido Comunista Português (PCP):

António Filipe Gaião Rodrigues
 António João Rodeia Machado
 Bernardino José Torrão Soares
 Bruno Ramos Dias
 Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas
 Jerónimo Carvalho de Sousa
 José Honório Faria Gonçalves Novo
 Lino António Marques de Carvalho
 Maria Luísa Raimundo Mesquita
 Maria Odete dos Santos

Bloco de Esquerda (BE):

Francisco Anacleto Louçã
 João Miguel Trancoso Vaz Teixeira Lopes
 Luís Emídio Lopes Mateus Fazenda

Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV):

Heloísa Augusta Baião de Brito Apolónia
 Isabel Maria de Almeida e Castro

O Sr. **Presidente**: — Cumprimento, em nome da Assembleia, o Sr. Presidente da República, as Autoridades presentes, o Governo e as Sr.^{as} e Srs. Deputados.

Conforme está estabelecido, nesta Sessão Solene Comemorativa do XXVIII Aniversário do 25 de Abril e da Abertura da IX Legislatura todos os partidos políticos com assento parlamentar usarão da palavra, cada um dispondo de 10 minutos.

Em representação do Grupo Parlamentar do Partido Ecologista «Os Verdes», tem a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Castro.

A Sr.^a **Isabel Castro** (Os Verdes): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Presidente da República de Cabo Verde, Pedro Pires, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Convidados, Sr.^{as} e Srs. Deputados:

25 de Abril, o dia que foi «A madrugada que eu esperava, o dia inicial, inteiro e limpo», nas palavras eternamente luminosas de Sophia. O dia de que só se pode falar sem decepcionar as palavras, sem permitir que a mentira lhes roube a pureza, a luz, a brancura, a alegria inicial.

O 25 de Abril, o dia que não surgiu, porém, como pretendem os usurpadores da História, do acaso ou de um acidente, mas da resistência, da insubmissão, da luta de mulheres e de homens contra a guerra, a injustiça, o atraso, contra a ditadura. Uma ditadura mesquinha, puritana e rural, que amordaçou a palavra, cerceou vontades e cons-

ciências, decretou o medo, condenando gerações ao silêncio, ao exílio e à guerra, e que foi adiando, num país suspenso, a história, o futuro, o destino.

Abril, o 25 de Abril, a liberdade feita dia, num tempo novo, em que a mais velha ditadura da Europa, repartida por África e pela Ásia, soçobrava finalmente.

O 25 de Abril, o dia da liberdade de um povo, o povo português, que foi a liberdade de vários povos.

Do povo de Cabo Verde (que, através do seu Presidente, quero aqui saudar), mas também do povo da Guiné-Bissau, de Moçambique, de Angola, de S. Tomé e Príncipe, do povo de Timor Leste.

Povos cujo destino se cruzou, em Abril, num Portugal libertado, no fim de longos anos inúteis de ódio, de colonialismo, de guerra.

Povos irmãos, a que se junta agora o povo angolano, tantos anos volvidos da sua independência, reencontrada finalmente a esperança nos caminhos da paz.

Povos «juntos separados», de que falava Eduardo Lourenço, que cumprem, depois de heróica resistência, história e destino, ao assumir a sua independência, como dentro de dias Timor Loro Sae o fará, tornando-se na mais jovem democracia do planeta e do século XXI.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Abril, o 25 de Abril, que foi na liberdade tempo de reencontro, connosco, no presente e no futuro. Reencontro que simbolizou o nosso regresso ao ponto de partida. Regresso de um povo moldado por uma cultura de mestiçagem. Povo, dos «primeiros exilados da Europa e seus medianeiros da universalidade», como nos diz Eduardo Lourenço, habituado a outro modo de olhar e de ser olhado pelo outro e pelo mundo, numa longa história de errância, tecida na viagem, na deriva, no exílio.

Abril, ainda, o tempo de abertura à comunidade internacional, tempo de despertar para os desafios globais do mundo, de adesão entusiasta a um património civilizacional de direitos humanos, que tomámos nas nossas mãos, procurando dar-lhe corpo e sentido.

Srs. Presidentes e Srs. Deputados, é precisamente em nome desse dia, o 25 de Abril, e de uma memória que se não rende que importa falar.

Abril, na nossa sociedade, ainda por fazer viver no quotidiano de muitos, mas sobretudo no quotidiano dos mais discriminados, dos mais ostracizados, dos mais fragilizados, daqueles cujos direitos se encontram hoje particularmente ameaçados, daqueles para os quais a privação de direitos fundamentais conduz à negação da sua dignidade como pessoa humana, à limitação da sua liberdade, à recusa de um estatuto de cidadania.

A responsabilidade de dar corpo aos direitos humanos é colectiva, mas dela nem o Estado nem os Governos se podem, em caso algum, como alguns pretendem hoje, alienar. Antes reclama, sem adiamentos, a responsabilidade clara para: prevenir a doença e garantir o acesso à saúde; combater a pobreza, assegurar a protecção e prevenir a exclusão social; erradicar o analfabetismo e as periferias dos guetos geográficos ou sociais onde se abriga; garantir os direitos das minorias e as suas identidades; defender as línguas como elo privilegiado de cultura; eliminar todas as formas de discriminação; preservar os patrimónios (am-

biental, cultural, genético); garantir a justiça e assegurar uma sociedade inclusiva; incentivar um sentido de responsabilização perante a comunidade e perante as gerações vindouras; por fim, dar dignidade cultural ao futuro.

Tarefas são fundamentais no País que em poucas décadas transpôs, a um ritmo por vezes rápido, é certo, muitos dos seus atrasos e deficiências estruturais, mas que paradoxalmente se revelou totalmente incapaz de reduzir o fosso entre ricos e pobres ou de sustentar a degradação ambiental. O País no qual se desenha hoje, tempo de novas avidesses, a tendência cada vez mais forte de desresponsabilização do dever de cuidar de serviços e de bens patrimoniais que são suporte de vida, deveres que, por isso, em exclusivo devem ao Estado, em primeiro lugar, cumprir.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Ameaças novas em Abril que ensombram o futuro e às quais se juntam, neste tempo e neste espaço que habitamos, novas perplexidades no mundo. Fenómenos que é nosso dever saber interpretar nos seus sinais mais inquietantes e profundos.

Ameaças visíveis na vaga de choque que está a atravessar toda a Europa. Ameaças que têm feito emergir e subir ao poder forças e partidos racistas, xenófobos e totalitários. Ameaças neste tempo, em que a geografia da fome, da guerra, dos conflitos étnicos e religiosos, da destruição ambiental, da desigualdade nas trocas e do abismal fosso entre povos e regiões se acentua à escala planetária. Ameaças resultantes de uma mundialização da economia e de uma desregulação dos mercados, que, ao multiplicar-se, tem provocado uma crise global de valores, uma crise ambiental e social que atinge o já frágil tecido de cada país, impondo novos fluxos migratórios, tendo também gerado novas formas de exclusão, de rejeição, de escravatura.

Ameaças, Srs. Deputados, que reclamam um combate que não passa pela reprodução das desigualdades, nem pela democratização segregadora na escola, que não passa pelo desrespeito dos direitos humanos e a sua redução à mera condição de objectos provisórios, temporários ou em trânsito, que não passa por atitudes de suspeição, de incitamento à violência e ao ódio contra imigrantes escondidas sob mensagens securitárias, em todo o caso racistas e xenófobas.

Ameaças, contudo, neste tempo tão complexo em que vivemos, de brutal desordem e globalização, que nos obrigam, enquanto membros deste Parlamento, a reflectir.

A reflectir, Sr. Presidente e Srs. Deputados, hoje, em 25 de Abril, hoje, na abertura solene de uma nova Legislação, sobre os próprios limites da intervenção que, neste quadro, temos. Ameaças que nos obrigam a questionar a capacidade dos sistemas políticos em geral, a reflectir sobre a desregulamentação dos mercados e a desordem social, económica, cultural e política por ela provocadas, que suscitam a necessidade de quebrar a rigidez do espaço político institucional e de procurar encontrar novas fórmulas alternativas e diversificadas para a reflexão, para o envolvimento dos cidadãos, para a busca de caminhos alternativos, para o futuro do planeta.

A exigência que, em nome do direito à memória e do combate ao esquecimento, em Abril, nos mobiliza contra

aqueles para quem o holocausto não foi mais do que um pormenor da História. A responsabilidade que nos impõe a capacidade de recuperar o sentido da solidariedade perdida. A necessidade de sustentar causas, erguer vozes, acreditar que a justiça não vem de mecenas, mas é uma construção nossa, de mulheres e homens, uma construção em que todos queremos participar.

O rasgo de interpretar os desafios contemporâneos da solidariedade, da responsabilidade, da cidadania. A centelha de, em torno de valores civilizacionais que são património da humanidade e que estão hoje ameaçados, saber encontrar, na diversidade, espaços de convergência para a sua defesa.

Vontades convergentes, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, dentro e fora deste espaço, daqueles que em Abril, e por Abril, se reencontraram, daqueles que acreditam que só uma mundividência assente na valorização da pessoa humana, na dignidade e na liberdade, que só o valor da fraternidade e da solidariedade entre os povos, que só o respeito pela natureza e pelas suas diversidades, que só a responsabilização, poderão, com respeito pelos direitos de cada indivíduo, contribuir de modo emancipador para a paz, para o desenvolvimento socialmente justo e ecologicamente equilibrado, um desenvolvimento com o qual os cidadãos se identifiquem.

É, pois, Sr. Presidente e Srs. Deputados, na certeza de que, no fundo, só no 25 de Abril e no seu espírito libertador nos poderemos reencontrar, que hoje dizemos: Viva o 25 de Abril! Viva Portugal!

Aplausos gerais.

O Sr. Presidente: — Em representação do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Fazenda.

O Sr. Luís Fazenda (BE): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal Constitucional, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Membros do Governo, Demais Autoridades, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Ilustres Convidados:

No dia da liberdade, a saudação vinculativa aos militares de Abril que puseram em letra de História as páginas da resistência à ditadura fascista e colonial que armanhou o povo português e outros povos.

Essa irrupção do futuro trouxe conquistas políticas e sociais inapagáveis, devolveu-nos a identidade sem exílios, a diferença sem censuras, a maioria sem patriarcas do terror, a Constituição de 1976 como pedra-de-toque da democracia política e social. Mas não esqueçamos que de ano em ano se arrasta a indiferença, a mesquinhez, o trato inóspito aos militares de Abril, que viram afectadas as suas carreiras por dedicarem a responsabilidade ao regime democrático. Parece que por aqui a hierarquia dos valores não se compagina com a hierarquia do castro.

No 25 de Abril de 2002, olhamos o horizonte de Timor Loro Sae com a alegria e a irrequietude de quem colhe o valor sofrido das causas com sentido, de uma História que tem sentido, de uma trama de progresso materialmen-

te realizável. Timor, um Estado conquistado pelo seu povo à geopolítica imperial, às armas da dominação e, sobretudo, ao fatalismo realista.

Porém, e com o mesmo tipo de solidariedade que apenas endossámos a Timor, livre por si próprio, somos convocados para onde todos os demónios se cruzam: a Palestina. Um povo sem o tempo e o espaço para um caminho próprio, a denegação de direitos, a consumação do degredo, a política do massacre, a fractura dos ódios que emergem, a partir da Palestina arrasada, a uma larga parte do mundo.

As «Jenins» do nosso quotidiano não mostram apenas o terror de um governo psicopata, de um Sharon que deviria ser julgado num tribunal internacional, mostram a inanição da comunidade das nações, denunciam que Kofi Annan está a falar sozinho, que a superpotência Estados Unidos da América não faz outra coisa que a política da sua conveniência.

O alegado combate ao terrorismo mostra que tem perna curta, que esbarra com o petrodólar, com o jogo de apoios, com os *lobbies* internos da «bushlândia». A Europa só dá «ais», o cinismo prepondera. Que é feito do Direito Internacional? Que pós-guerras é este que é a pré-guerra?

Não chega a condenação moral. Portugal, como junta a sua voz para a paz, a distensão, o contrato entre os Estados e os povos? Palestina e Israel, dois povos, dois Estados, é um objectivo primacial pelo fim da tragédia, pela eliminação dos demónios deixados à solta na cena global que tem por teatro o planeta.

O Primeiro-Ministro de Portugal falou recentemente dos riscos desta espiral de violência e da zona crítica do Médio Oriente, invocou os factos, até para a respeitabilidade do sufrágio. O Primeiro-Ministro não tem feito ouvir suficientemente a sua voz no concerto das nações. Pode invocar-se que o som da voz do Governo português pode ser de baixa intensidade na actual lógica do império, mas isso não o furta à responsabilidade, muito menos atrás do bómbo de sombras que é a PESC da União Europeia.

Com Timor tivemos a intimidade da História, com a Palestina de hoje temos a necessidade da história. Uns e outros vencerão!

Quando perscrutamos o 25 de Abril e as condições da democracia vemos que as escolhas não são inócuas. Quando as democracias se militarizam e se securizam são as liberdades públicas que pagam. As chamadas «ameaças difusas» têm origem em políticas que as criam. As opiniões públicas exigem crescentemente que as democracias sejam fortes e que a paz avance no respeito dos direitos dos povos e se feche, por esta via, a caixa de Pandora de todos os terrores.

Sr. Presidente, lutamos por uma sociedade inclusiva — esse é um patamar debruado na Constituição de Abril. No espaço de uma geração, Portugal deixou de ser apenas povo de emigração para passar a acolher imigrantes. Reconheçamos que a política de imigração passou a ser uma política estrutural para a democracia. Ainda não a temos.

Os imigrantes são necessários ao desenvolvimento, mas são segregados nas leis do trabalho, nas condições de permanência, no reagrupamento familiar, no acesso à ha-

bitação. Preocupantemente, são empurrados para guetos, são vítimas de patrões sem escrúpulos e de redes de extorsão. O desenraizamento das segundas gerações não merece medidas de integração no respeito pela multiculturalidade.

Não há quem não queira regular os fluxos de imigração; contudo não se pode ter uma atitude de discriminação legal, material e social destes cidadãos, que não são nem descartáveis, nem supletivos, que não podem ser vistos com suspeita xenófoba.

É lamentável que o Programa do Governo português não tente inverter esta situação, não procure ter uma política integradora, fale de imigração qualificada e associe a imigração à política de segurança interna. Ponhamos os olhos na Europa, em especial na França, e compreendemos que a emergência do racismo e da xenofobia, trazendo consigo o carro do neofascismo, foi longamente adubada pelos poderes públicos, pela falta de integração, pelo estado de suspeita e de desconfiança a que se votaram cidadãos outros.

As políticas liberais deixaram ao mercado, sem qualquer intervenção social, a desregulação, abrem espaço à explosão da extrema-direita e criam o caldo de cultura do populismo.

Somos todos, de uma maneira ou de outra, filhos e netos de emigrantes. A democracia mostra a sua força na prática da inclusão. A sementeira dos excluídos, imigrantes ou nacionais, é a próxima colheita da abstenção, da fractura social, das disrupções de várias ordens.

Afirmarções do género de que muitos dos excluídos «não querem trabalhar» revelam-se de lucro eleitoral mortífero, mas não resolvem os problemas e fazem-nos pensar na similitude com discursos populistas e reaccionários que ouvimos fora de muros.

Agora mesmo, as escolhas para as condições da democracia não são neutras, e muito menos unânimes. Só por ingenuidade pode pensar-se que o papel do Estado nas suas responsabilidades sociais não tem implicações no exercício dos direitos democráticos. Uma democracia com serviços públicos fortes e modernos na educação, na saúde, na protecção social, é uma democracia abrangente. O emagrecimento do Estado nestas áreas traz-nos o «privatismo» das desigualdades, uma democracia cada vez mais dualista.

O mesmo se pode dizer sobre um sistema fiscal progressivo, aquele que tem inspiração constitucional e que, como disse o primeiro magistrado da nação, deveria ser um sistema onde quem mais ganha mais pague. Essa é uma das primeiras condições da democracia.

Um sistema judicial que promova a cidadania e a efectividade dos direitos é pendularmente outro requisito de uma democracia vivida e vivaz. Os direitos do trabalho são medida da liberdade.

Sr. Presidente, o Bloco de Esquerda não tem a cor púrpura de um certo romantismo, mas bate-se por valores, ideais e causas, desafia a lógica de interesses dominantes que vêm comandando governações. Por isso valorizamos a generosidade de Abril e lutaremos pela intencionalidade das mudanças democráticas que um tempo europeu já exige.

E valorizamos com a mesma generosidade, com a mesma textura e com o mesmo sentimento feito carne que teve Jorge de Sena quando, referindo-se ao 25 de Abril, disse: «Da prisão negra em que estavas/ a porta abriu-se p'rá rua./ Já sem algemas escravas,/ igual à cor que sonhavas,/ vais vestida de estar nua.» — a liberdade.

Aplausos do BE, do PCP, de Os Verdes e de alguns Deputados do PS.

O Sr. Presidente: — Em representação do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, tem a palavra o Sr. Deputado Honório Novo.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Presidente da República de Cabo Verde, Sr. Primeiro-Ministro e Demais Membros do Governo, Srs. Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal Constitucional, Sr.^{as} Deputadas e Srs. Deputados, Ilustres Capitães de Abril aqui presentes, Sr.^{as} e Srs. Convidados:

Faz hoje 28 anos que as ruas se inundaram de uma torrente de povo.

Foi uma alegria imensa, o explodir de emoções, de lágrimas de felicidade, de encontros e desencontros na vitória sobre o fascismo que nos oprimia, como povo e como Pátria.

Foi um mar de liberdade, um convergir de vontades para construir um mundo novo de progresso e de riqueza, de educação e de cultura, de participação e de igualdade, de dignidade e de luta, de justiça e de solidariedade.

E foi assim que, em Abril, acabou uma guerra injusta e cruel, sem sentido, mas que, apesar de tudo, nunca conseguiu separar povos; antes, os uniu para vencerem o colonialismo opressor, inimigo comum.

E foi assim que, em Abril, se quebraram as grilhetas das prisões e das censuras e se ganharam as liberdades.

E foi assim que, por Maio dentro, se foram construindo as pontes para um futuro melhor, conquistando direitos que são nossos, de trabalhadores e de actores da transformação económica, da evolução social e humana.

Foi assim há 28 anos.

E é por tudo isto, e também por tudo o mais que não consigo dizer porque a tanto me não ajuda o engenho nem a arte, que para nós, para o PCP, não é mero formalismo nem retórica homenagear, cada ano, cada dia que passa, os que mais fizeram para que em 1974 Portugal vivesse essa explosão de liberdade.

Por isso, homenageamos os Capitães de Abril, homens fardados com o orgulho de uma nação, que num acto de coragem sublime reencontraram os caminhos da dignidade colectiva, marcando a ouro páginas, das mais brilhantes, de uma história de nove séculos.

Aplausos do PCP e de alguns Deputados do PSD e do PS.

Por isso, Senhoras e Senhores, homenageamos milhares de homens e mulheres resistentes, com e sem partido, que, ao longo da noite opressora, muitas vezes com

o sacrifício supremo da própria vida, venceram o combate pela liberdade.

Por isso, homenageamos também o nosso povo e os povos dos países de expressão portuguesa, povos oprimidos, subjugados e perseguidos — a quem saúdo através da presença nesta sessão do Sr. Presidente Pedro Pires —, de Cabo Verde a Timor. Povos subjugados e oprimidos durante anos e anos de obscurantismo e de fascismo, mas que foram capazes de gerar e de inspirar a mão e a acção de tantos heróis resistentes, de tantos capitães soldados.

Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Tudo isto aconteceu. O fascismo e a opressão brutais. A resistência e a luta heróicas. A explosão de liberdade e a luta pela democracia intensas e sentidas.

É preciso dizer que tudo isto acorda e emociona a memória de muitos, daqueles que assistiram e participaram, mas não faz vibrar quem não viveu e quer saber e conhecer para poder inovar e voltar a gerar emoções.

Por isso é preciso que saibam que o fascismo existiu. E que a liberdade e a democracia, bens preciosos como o ar que respiramos, nem sempre existiram, não são sequer irreversíveis. E é preciso que saibam que havia a PIDE. E a Censura. E a Legião. E a Mocidade Portuguesa.

E também é preciso dizer que muito do que depois aconteceu, e agora acontece, nada tem a ver com Abril e o seu espírito, nada tem a ver com o património de dignidade e justiça social que é perfume dos cravos de Abril.

E por isso, todos, os que viveram e os que querem saber e vão conhecendo para poder recriar, querem retomar e prosseguir a esperança que «Abril abriu». Sabem que a discriminação, a xenofobia e o racismo são a negação de Abril; sabem que o trabalho precário e sem direitos, de sol a sol, aos domingos, sem contrato nem segurança social, com salários indignos da condição humana, não são fruto de Abril; sabem que as desigualdades e as injustiças na distribuição da riqueza, as pensões de miséria, a pobreza e a exclusão, a discriminação das mulheres e dos jovens, das minorias e dos deficientes não fazem parte do património de Abril; sabem que a educação e a cultura são direitos públicos conquistados em Abril, que não podem ser mitigados por critérios de acesso mercantilistas que condenam à exclusão e põem à porta da escola milhares de rapazes e de raparigas; sabem que a paz e o respeito pelos povos, pela sua autonomia e independência são exemplo e legado de Abril.

Mas nem Abril nem Maio aceitarão o regresso do autoritarismo, venha ele como vier, tenha ele o rosto que tiver!

Por isso nos espanta — e não aceitamos — que haja quem, depois de Abril, queira de novo lançar o trabalho no 1.º de Maio, no Dia do Trabalhador, obrigando quem não tem contrato nem vínculo a servir a voracidade de lucro dos «Continentes» desta terra!

E por isso recusamos o horror em Ramallah e os massacres de Jenin e não aceitamos que se cerque um povo e se pretenda expulsá-lo da sua própria terra!

E por isso dizemos «não» à globalização grávida de um neoliberalismo que oprime povos, rouba recursos, remete a maioria para a pobreza e para a exclusão, para

um futuro sem sentido e sem valores, para um oceano de insegurança e de precariedade, caldo de cultura para os «Le Pen» deste mundo, falem eles a língua que falem, estejam eles onde estiverem! A tudo isto dizemos «não»!

E porque Abril a isto tudo disse «não», repetimos hoje e agora: Viva o 25 de Abril! Viva Portugal!

Aplausos do PCP, do BE, de Os Verdes e de alguns Deputados do PS.

O Sr. Presidente: — Em representação do Grupo Parlamentar do Centro Democrático Social-Partido Popular, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Duque.

O Sr. Luís Duque (CDS-PP): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal Constitucional, Srs. Deputados, Ilustres Convidados:

Estas comemorações do 25 de Abril ocorrem num momento particular.

Portugal vive uma alteração de ciclo político — possível e saudável pela democracia — e confronta-se com novos problemas de um mundo em permanente e rápida mutação.

Importa hoje, a um partido político responsável e — facto relevante — no arco do poder, 20 anos depois da sua última responsabilidade governativa, dizer, sem preconceitos ideológicos ou reservas, aquilo que pensa de Portugal, da Europa em que política, económica e socialmente está integrado e, reconheçamos, de um mundo cada dia mais global, ou seja, conflitante.

O CDS preza o sistema democrático como um valor único e inviolável na construção permanente de uma sociedade livre e justa.

Minhas Senhoras e Meus Senhores: A democracia não é um valor que se conquiste por decreto ou, no nosso caso, por uma revolução. Esse, ou esses, é um ponto de partida para uma aventura que faz do Homem uma espécie triunfante. Mas não nos iludamos: o Homem tende hoje a regressar à sua natureza egoísta. Assumamos essa característica — para alguns um possível paradoxo — como um desafio e pensemos nesse pormenor, tantas vezes rejeitado por teorias e políticas tradicionalmente designadas de esquerda.

O que está em causa — e sempre esteve — é o combate às assimetrias sociais.

O CDS, partido de direita sem preconceitos, deve assumir, com responsabilidade acrescida enquanto parte activa no Governo, o desafio de minorar as indesmentíveis clivagens sociais.

Minhas Senhoras e Meus Senhores: Por hoje aqui estarmos a recordar o 25 de Abril devemos, enquanto responsáveis políticos, falar dos problemas com que o mundo de hoje se confronta. Problemas reais que, pela sua dimensão social, poderão pôr em causa aquilo que, hoje, aqui estamos a celebrar: a democracia, a liberdade e a responsabilidade em manter esses valores invioláveis. Como «o pior cego é aquele que não quer ver», devemos

olhar para o que nos rodeia, sendo nós parte integrante desses pequenos ou grandes fenómenos.

As recentes eleições em França apenas mostraram ao mundo, tantas vezes adormecido e anestesiado pelo lucro fácil e imediato — e aqui não estamos apenas a falar de dinheiro —, o que está a pulsar num mundo em que o Homem cuida pouco do seu próximo. Nesta matéria, o CDS está particularmente à vontade, e não o dizemos com prazer ou para rentabilizar politicamente uma afirmação, mas porque temos memória.

Quantas vezes o líder do Partido — hoje membro do Governo — foi questionado pelas suas convicções político-sociais, que são, e sempre foram, as do CDS, e que foram também as do homem que contribuiu decisivamente para esta minha primeira intervenção, enquanto Deputado eleito pelos meus concidadãos?

Permitam-me que aqui recorde com emoção Nuno Krus Abecasis.

Aplausos do CDS-PP e de alguns Deputados do PSD e do PS.

Nuno Abecasis consolidou em todos nós o combate ao egoísmo em prol do bem comum. Foi um homem de conflitos — foi —, mas era também a expressão da indignação por aquilo que achava estar de mal com os princípios da democracia cristã ou, numa designação mais directa, da solidariedade.

O que recentemente aconteceu em França e fez acordar o mundo tem a ver com isso mesmo. O CDS alertou para o que estava a fermentar; há problemas de segurança no mundo de hoje que são diferentes do dia de ontem. As questões da imigração, se exigem, por um lado, uma visão rigorosa nas entradas, requerem uma política humanista na reintegração. Há uma sociedade sem fronteiras, e quem leu o *Paradigma Perdido* de Edgar Morin, independentemente de ser de esquerda ou de direita, compreende facilmente a dimensão do problema.

A Europa é hoje um espaço enriquecido pelas divergências que permitem uma união política e económica. Façamo-lo, no nosso modesto contributo, um espaço de solidariedade social, mas façamo-lo sem esconder as dificuldades, assumamos as diferenças para, o mais atempadamente possível, evitarmos a tentação por soluções extremistas.

As eleições francesas servem também para desmistificar os preconceitos em relação àquilo que o CDS sempre defendeu sem preconceitos.

Minhas Senhoras e Meus Senhores: Os portugueses sabem que têm hoje, por vontade da democracia, um Governo coeso e estável, com origem nesta Câmara, plataforma incontornável para o normal funcionamento do nosso sistema político. Coloca-se a todos o desafio da dignificação da actividade política.

Permitam-me, enquanto Deputado dessa maioria, uma referência concreta a um pormenor importante do passado recente.

Em campanha eleitoral, o actual Primeiro-Ministro teve a ousadia de referir-se à desorganização que existe nas relações internacionais, falando na possibilidade de dege-

neração de um conflito regional. Falava do Médio Oriente, e a ousadia clarividente serviu para muita gente glosar, dizendo que vinha aí uma «guerra mundial», utilizando os termos em que a questão foi posta eleitoralmente.

Vejamos, agora, o que, infelizmente, entretanto aconteceu, sem sabermos o que poderá ainda acontecer.

Mas o mundo não é apenas uma existência de conflitos negativos. Tenhamos também a noção das oportunidades com que somos confrontados. Assim, Portugal deve saudar a independência próxima de um novo Estado de língua oficial portuguesa. Timor é, neste 25 de Abril, parte do nosso orgulho.

Sejamos também capazes de olhar e pensar a nova oportunidade que Angola oferece aos angolanos.

Sem egoísmos, ou interesses menores, sejamos capazes de perceber que o espírito do 25 de Abril não está completamente cumprido. Portugal será mais forte se contribuir para o desenvolvimento da democracia num país que esteve e — por que não dizê-lo — estará sempre ligado às raízes de uma aventura. Há que agarrar as circunstâncias e contribuir para uma reinserção social de dois povos ligados pela construção de um projecto comum.

Aplausos do CDS-PP.

Minhas Senhoras e Meus Senhores: Portugal tem a vantagem de ser um país com raízes e origem. Hoje, faz parte de pleno direito de um espaço com história, a União Europeia. Temos direitos, mas também temos deveres.

A nossa soberania enquanto nação conquista-se não nas fronteiras quase abolidas, mas no contributo que devemos dar à defesa desse espaço comum. Nesse plano, têm especial relevo as Forças Armadas e as missões em que estão inseridas ou aquelas em que venham a participar. É nesse contexto e nesse objectivo que faz todo o sentido, uma vez mais, um esforço nacional contra pontuais egoísmos. É importante dar meios operacionais para que as Forças Armadas executem com dignidade o seu papel.

É importante sermos exigentes — e quanto ao princípio da exigência tem faltado ao exercício da política! — para que possamos, todos sem excepção, encontrar um pólo comum no exercício das nossas responsabilidades parlamentares.

Minhas Senhoras e Meus Senhores: Preservar e valorizar hoje a democracia de Abril, pelas dificuldades que todos sabemos reconhecer, é o desafio que se coloca a esta maioria governamental. Sejamos lúcidos, sendo exigentes com nós próprios.

O CDS está, e estará, na defesa destes princípios e na prossecução destes objectivos, sem receio de assumir perante os portugueses um modelo clarificador, procurando, antes, uni-los na diferença para a procura de um desejável equilíbrio social.

Temos consciência das dificuldades, tanto quanto sabemos que a democracia, em 28 anos, cresceu em exigência. Afinal, somos homens comuns, que voluntariamente nos obrigamos a contribuir para o bem comum. É esse o princípio da democracia cristã.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O Sr. Presidente: — Em representação do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, tem a palavra o Sr. Deputado João Soares.

O Sr. João Soares (PS): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da República de Cabo Verde, Pedro Pires, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Membros do Governo, Srs. Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal Constitucional, Srs. Embaixadores e Representantes Diplomáticos, Autoridades Cíveis e Militares — e permitam-se uma saudação especial ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal da cidade de Lisboa —, Sr.^{as} e Srs. Convidados, Capitães de Abril, que nos honram, mais uma vez, com a sua presença nesta cerimónia, Sr.^{as} e Srs. Deputados:

Celebramos hoje, aqui, mais uma vez, o aniversário de uma data maior da nossa História, uma das datas mais marcantes da nossa vida colectiva: a revolução democrática de 25 de Abril de 1974.

O dia, como alguém já aqui disse hoje, a que Sophia de Mello Breyner chamou: «o dia inicial inteiro e limpo, onde emergimos da noite e do silêncio e livres habitamos a substância do tempo».

O dia que marca o fim de uma das mais longas ditaduras na história da Europa contemporânea e o início da transição da nossa pátria, Portugal, para a democracia em que vivemos hoje e queremos continuar a viver e a construir com o nosso trabalho, todos os dias.

Quero, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, a que tenho a honra de pertencer, começar por deixar aqui uma palavra de homenagem e gratidão a todos quantos, e foram muitos, das mais distintas proveniências ideológicas, deram o melhor de si próprios, e por vezes as suas próprias vidas, para que Portugal fosse o país livre e democrático que hoje é.

Aplausos do PS, do PCP, de Os Verdes e de alguns Deputados do PSD.

A todos os que nas cadeias, na deportação e no exílio, pagaram com o seu sacrifício, o preço da liberdade conquistada em 25 de Abril de 1974.

Aqueles que, como disse Manuel Alegre, «mesmo na noite mais triste, em tempo de solidão», numa sala de tortura da António Maria Cardoso ou do Reduto Sul de Caxias, souberam sempre dizer «não». E com esse «não» à ignominia e à ditadura deixaram a mais bela das sementes de que frutificou a nossa liberdade.

Uma palavra também muito calorosa para os militares de Abril, para os soldados e os Capitães de Abril, para aqueles que aqui estão hoje connosco e, na evocação da memória de Salgueiro Maia, para todos os que aqui não estão, mas contribuíram com a sua coragem para que a nossa liberdade se começasse a fazer nesse dia.

Aplausos do PS, do PCP, do BE, de Os Verdes e de alguns Deputados do PSD.

Nesse dia que para muitas gerações continua a ser um dos mais belos dias das nossas vidas.

Eu tive a felicidade de ter conhecido Salgueiro Maia nessa tarde única de 25 de Abril, no próprio Largo do Carmo. Recordo a sua coragem tranquila e a sua admirável serenidade que marcaram esse dia único, e envolvo, neste testemunho de profunda e sentida gratidão pela sua memória, os muitos civis que com entusiasmo e alegria deram, desde logo, um carácter verdadeiramente popular ao movimento libertador dos militares de Abril.

Portugueses que já nos deixaram, como Francisco de Sousa Tavares, ou aqueles que tombaram sob as balas dos pides à porta da sede da polícia política.

Ou, ainda, os muitos cidadãos, entre os quais se destacaram ilustres advogados democratas, como V. Ex.^a, Sr. Presidente, Dr. Jorge Sampaio, que se deslocaram na tarde do dia seguinte ao Reduto Norte do Forte de Caxias para exigir, acompanhar e saudar a libertação dos nossos amigos saídos das masmorras da ditadura.

Estivemos lá tantos de nós e, por isso, não podemos evocar esses dias únicos, de liberdade sentida e vivida, pela primeira vez, na nossa pátria, sem um frémito de uma emoção que nunca deixou de nos tocar, sem um sentimento de gratidão que nunca deixaremos de evocar. Porque o futuro de paz e liberdade que queremos continue a ser o da nossa terra, o das terras onde se fala a nossa língua, o da Europa e o do mundo em que vivemos, e onde as ameaças do extremismo, do fundamentalismo e da intolerância, parecem de novo querer despojar, tem nos valores que fizeram o nosso Abril uma das mais sólidas garantias.

Devemos sublinhar o exemplo que a nossa Revolução de 25 de Abril constituiu para a abertura democrática nas outras ditaduras do ocidente da Europa e, mais tarde ainda, do próprio Leste.

Devemos não esquecer também o que ela representou nesse momento no mundo, no plano da reabilitação da imagem do papel democrático das Forças Armadas, sobretudo lembrando a ocorrência, seis meses antes, do golpe fascista no Chile, nos finais de 1973.

Um exemplo que sabe bem evocar, no seu sentido pedagógico, quando a democracia que Abril nos trouxe assegurou a subordinação dos militares ao poder civil democraticamente legitimado e quando importa travar, também nesta Casa, a batalha pela dignificação e pela modernização das nossas Forças Armadas, como elemento imprescindível de afirmação da paz e da liberdade.

Os cravos do 25 de Abril floriram de novo no ano seguinte nas eleições para a Assembleia Constituinte e no sentido cívico e democrático do nosso voto de portugueses livres.

E é também esse 25 de Abril de 1975 que aqui celebramos hoje. Não numa mera evocação passadista, mas com a convicção, sincera e sentida, de estar a honrar uma das mais belas datas da nossa História e de, ao seu exemplo único, ir buscar a inspiração e a força que, como mulheres e homens de esquerda, queremos para os combates difíceis do futuro que se avizinha, do futuro que por vezes já aí está, em sintonia com os problemas da gente humilde e sem voz, sabendo ler os sinais que nos chegam, até dos combates perdidos, para honrar o 25 de Abril, para sermos fiéis aos valores essenciais da nossa revolução,

virados para o futuro, olhando para a frente, como disse, ainda há bem pouco, o líder do Partido Socialista, Ferro Rodrigues.

Porque celebramos uma revolução feita por jovens, jovens militares que se atreveram a romper as regras estabelecidas em nome de valores que queremos continuem a ser os mais sagrados deste mundo conturbado em que vivemos: a paz e a liberdade.

Uma revolução a que o povo deu como símbolo, desde logo e de uma forma poeticamente espontânea, uma flor, o belo cravo vermelho de Lisboa.

Uma revolução que marcou o seu início com uma canção, uma bela canção popular dos campos da nossa terra, que se transformou no seu hino e é hoje, por esse mundo fora, um hino de liberdade, *Grândola vila morena*.

Uma revolução de liberdade em que couberam e cabem todos os sonhos de utopia doce, aqueles que continuam a unir os velhos e os jovens que não se revêem no egoísmo, no chauvinismo e na intolerância que ainda mancham tanto esta Europa e este mundo que são os nossos.

Uma revolução de liberdade, feita da vontade de continuar a lutar pela igualdade e pela fraternidade, aqui e onde quer que elas possam estar em causa. Contra todos os Haider e Le Pen desta Europa e deste mundo.

A revolução de 25 de Abril de 1974.

Porque é também, em parte, ela e o seu espírito que queremos ver, e de alguma forma vemos, a florescer no Timor livre e democrático que acaba de eleger Xanana Gusmão como seu presidente, e será, dentro de poucos dias, o primeiro país a nascer no século XXI, o oitavo país de língua portuguesa no mundo.

Aplausos do PS, do PCP e de alguns Deputados do PSD.

Porque é o exemplo de tolerância, de liberdade, de paz, de respeito pelos direitos humanos, que é o de Abril, que queremos ver a frutificar na terra irmã de Angola, tão longa e tão barbaramente dilacerada pela guerra e onde parece, agora, ter querido, finalmente, chegar a paz.

Uma paz que não poderá senão fazer-se no respeito pelo outro e pela diferença que Abril nos trouxe a nós, portugueses.

Uma paz feita de tolerância, de respeito pelo outro e pela diferença, que, como europeus e cidadãos do mundo, queremos ajudar a que se faça no Médio Oriente, na Terra Santa, entre palestinos e israelitas.

Porque é a inspiração desse País de «bondade e de bruma», de que nos fala Mário Cesariny, esse País de liberdade capaz de nos dar — como diz Mário — o «mar de uma rosa de espuma», que queremos ver despontar neste mundo difícil e perigoso que é o nosso.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A democracia portuguesa nascida do 25 de Abril de 1974 não tem hoje no horizonte, nem mais próximo nem mais longínquo, ameaças totalitárias que a possam pôr em risco. Não temos, desde há muito, quanto a essa matéria, dúvidas. Mas essa é uma razão mais e maior para que invoquemos, sempre e cada vez mais, o espírito do 25 de Abril como um exemplo e

uma luz neste mundo conturbado e por vezes tão injusto que é o nosso. Para construir a paz e a liberdade por toda a parte. Para que Abril se continue a cumprir e com ele Portugal se cumpra também.

Viva o 25 de Abril! Viva a Liberdade! Viva Portugal!

Aplausos do PS (de pé), do PCP, do BE, de Os Verdes e de alguns Deputados do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Em representação do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, tem a palavra a Sr.^a Deputada Leonor Beleza.

A Sr.^a Leonor Beleza (PSD): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Sr. Presidente do Tribunal Constitucional, Sr.^{as} e Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Convidados, Sr.^{as} e Srs. Deputados:

As minhas primeiras palavras, em nome do Grupo Parlamentar do PSD, vão para V. Ex.^a, Sr. Presidente da República, que cumprimentamos respeitosamente.

É V. Ex.^a, de acordo com a Constituição, o garante da democracia, em posição acima das sucessivas maiorias políticas e vicissitudes da composição da Assembleia da República e, portanto, da formação de cada Governo.

Saudamos assim em V. Ex.^a, com um significado especial no dia 25 de Abril, o garante máximo da democracia e do cumprimento da vontade popular.

Cumprimentamos também o Sr. Presidente da República de Cabo Verde, que honra esta Assembleia com a sua presença no dia em que comemoramos o 25 de Abril, de significado tão relevante também para o povo amigo de Cabo Verde, a quem dirigimos, por intermédio de V. Ex.^a, Sr. Presidente, a mais fraterna das saudações.

Aplausos do PSD, do PS, do CDS-PP, do PCP e de Os Verdes.

Neste momento, em que também solenemente comemoramos o início da nova legislatura, o Grupo Parlamentar do PSD cumprimenta, na pessoa de V. Ex.^a, Sr. Presidente da Assembleia da República, todos os Deputados eleitos no passado dia 17 de Março.

Cada legislatura que se inicia corporiza o renovar da democracia e o renovar da manifestação da vontade popular. Todos nós, Deputados, somos igualmente representantes dessa vontade. Todos nós temos a mesma legitimidade, que nos advém da mesma fonte.

São sempre muito elevadas as expectativas expressas em cada acto de voto. É correspondentemente também muito grande a responsabilidade que nos recai sobre os ombros.

Cumprimento ainda, em nome do Grupo Parlamentar do PSD, o Governo resultante da nova composição da Assembleia da República.

Resultou claramente da vontade popular a escolha destes Deputados, o primeiro objectivo das eleições, e a escolha deste Governo, seu segundo objectivo.

A legitimidade dos Deputados é exactamente igual para todos nós, mas da escolha dos portugueses resultou que eles quiseram uns no Governo e não outros.

A mesma elevada expectativa e responsabilidade que recai sobre nós pesa sobre o Governo.

Mas o que hoje aqui nos reúne é ainda mais importante do que as circunstâncias que hoje caracterizam a representatividade do povo português. É que só há eleições legislativas porque há democracia.

O 25 de Abril permitiu aos portugueses escolherem quem querem para os representar e governar e alterar, quando o entendam, o sentido das suas escolhas. De facto, cada vez que votam, os portugueses estão a celebrar o 25 de Abril.

Há celebrações mais rituais e solenes, como esta, mas há muitas outras celebrações anónimas e em cada ocasião infinitamente repetidas, quando cada um dos portugueses vota. Essa é a celebração mais genuína e mais preciosa do 25 de Abril.

Aplausos do PSD, do CDS-PP e de alguns Deputados do PS.

Olhando para as galerias, vejo-as com muitos jovens, como o Sr. Presidente da Assembleia, e bem, quis que hoje acontecesse. São jovens que nasceram depois de 25 de Abril de 1974.

Permitam-me os Srs. Deputados que fale, hoje, para eles. Eles que não conheceram, como nós, o que foi a ditadura e que, não tendo vivido a experiência única do nascimento da democracia, são, pelo simples efeito da idade, o futuro de Portugal e o futuro da democracia que somos.

Quero falar-vos do 25 de Abril de três ópticas diferentes: o que significou na altura para quem o fez; o que a esta distância significa para Portugal; o que pode significar para os jovens, que, ao contrário de nós, não eram então ainda nascidos.

O que significou, então, o 25 de Abril, na altura?

Para os militares, que foram os autores materiais da libertação, de que alguns estão aqui connosco e que saúdo agradecida, os objectivos foram acabar com a guerra colonial, pôr termo ao regime político que a mantinha e abrir as portas a caminhos que conduzissem a um regime diferente. Mas já não coincidiam no tipo de regime que desejavam.

Os militares tinham por detrás não apenas os sonhos de liberdade do povo, mas também uma luta longa de civis, agrupados em forças políticas, económicas e sociais, também eles desejando o fim da ditadura e reconhecendo a necessidade da descolonização; também eles, se nesses pontos coincidiam, divergiam quanto às soluções de futuro.

Aí se somavam as aspirações da resistência de comunistas e de militantes de extrema-esquerda às de políticos e movimentos socialistas ou sociais-democratas, liberais ou democrata-cristãos, numa luta que demorou décadas e culminou no 25 de Abril.

Sabia-se o que não se queria, estava por definir o que se queria.

Agora, com o distanciamento que o tempo nos vai permitindo, podemos responder à segunda questão: o que foi, de facto, para Portugal, o 25 de Abril.

Foi, em primeiro lugar, o fim do império, o ponto final em 500 anos de História, bem mais tarde do que acabaram outros impérios.

Foi, depois, a abertura para a primeira verdadeira democracia que conhecemos em Portugal, já que no passado pelo menos o sufrágio nunca fora universal. Sinto-me particularmente à vontade para o afirmar, já que só depois do 25 de Abril as mulheres tiveram efectivamente igualdade de direitos políticos com os homens.

Aplausos gerais.

E apetece-me dizer-vos que basta olhar para o conjunto desta Sala para nos apercebermos das limitações dos direitos, quando confrontados com a realidade persistente dos comportamentos, das atitudes e das estruturas sociais.

Foi, em terceiro lugar, o 25 de Abril que abriu caminho para a plena integração europeia de Portugal, já o respectivo movimento levava 30 anos de vida.

São as três grandes direcções que o País percorreu pós-25 de Abril, sem grande margem para discussão.

Três grandes roturas, de importância fundamental, que estão para lá de governos ou de maiorias parlamentares. Três mudanças que se nos configuram como absolutamente irreversíveis.

O resto, muitíssimo do resto, é acessório. Pelo meio, aconteceram, em Portugal, uma revolução, golpes e contragolpes, mudanças diversas, avanços e recuos.

Nós, os mais velhos, vivemos intensamente os anos das grandes modificações. Assistimos a muito mais do que aquilo de que hoje vos falo.

Mas o que teve, e tem, dimensão histórica essencial, o que no fim conta, são aqueles três grandes aspectos cumulativos e essenciais que nos configuram o presente e, seguramente, o futuro.

O 25 de Abril é de todos e é também vosso, dos mais novos. Para vocês, o que se passou antes do vosso nascimento são coisas que vêm nos livros de História, de que talvez vos falem os mais velhos, a começar pelos vossos pais.

Não conheceram o império, nem a ditadura, nem o que foi difícil conseguir a adesão à Europa.

Com todo o respeito, apetece-me dizer-vos que é seguramente difícil dar o devido valor ao trabalho e à luta de tantos que nos trouxeram até onde estamos. Aqui, entre os partidos, discutiu-se intensamente, foram inúmeras as dissensões, também custou muito a fazer o percurso.

Mas qual é o significado de tudo isto para quem é mais jovem, para quem tem por adquirido, à nascença, que somos uma democracia europeia, um País integrado na Europa?

Vejamos.

O império acabou, sim senhor, mas não terá ficado nada dos nossos cinco séculos de História?

Ficou sim, ficou uma comunidade de países que falam português, comemorada há três dias. Não é uma mera partilha de língua com brasileiros, angolanos, timorenses,

cabo-verdianos, moçambicanos, guineenses, são-tomenses, muitos macaenses. É uma ligação de sangue, é uma ligação de família, é uma ligação que perdura.

Não é preciso falarmos dela todos os dias, essa ligação está sempre lá. Mas nós, que somos um povo espalhado em comunidades de que nos orgulhamos em tantos lugares do mundo, podemos e devemos cultivar essa ligação, porque ela constitui factor de enriquecimento e fortalecimento entre todos nós. Seria imperdoável que nos pudessemos tornar todos estranhos uns aos outros, no futuro.

Aplausos do PSD, do CDS-PP e de alguns Deputados do PS.

E a democracia que temos?

Somos uma democracia, sim, sem dúvida, mas em que tantos, sobretudo jovens, se afastam da política e dos políticos. Democracia que é tão recente ainda e que já tem alguns tiques de velhice. Democracia que tem de ser cultivada, que precisa de renovação diária, de um esforço permanente.

Sabemos todos que é preciso encontrar novas formas de participação dos cidadãos e das cidadãs. Sabemos que é preciso aproximar governantes e governados, descentralizar, vitalizar o poder local, consolidar as autonomias regionais, dar prestígio às instituições, introduzir reformas no Parlamento, reformar os partidos, devolver prestígio à política e aos políticos.

Isto tudo é fazer o 25 de Abril, hoje.

Aplausos do PSD, do CDS-PP e de alguns Deputados do PS.

Daqui reafirmo o compromisso do Grupo Parlamentar do PSD com estes elevados patamares de exigência da nossa democracia.

Finalmente, está seguramente adquirido, caros jovens, que somos europeus. Mas de que Europa somos nós? Da de primeira, da de segunda, da de terceira?

A integração não é só realidade de papel. A integração que temos o direito de desejar é a de condições reais de vida, é a da convergência efectiva.

O 25 de Abril abriu-nos o caminho às leis, aos textos, mas a meta é tanto mais ambiciosa quanto ainda distante: é a das condições de vida; a do acesso à cultura, à saúde, à educação e à justiça.

O facto é que, quando estamos nos outros países por onde agora temos o direito de circular livremente, compreendemos bem a dimensão daquela distância.

Vocês, os jovens, também sabem bem como é verdade que aqui, em Portugal, ainda vivemos em piores condições, e este é um desafio fundamental. Esta indispensável evolução é, de todos, talvez o mais importante desafio.

No dia em que os rapazes e as raparigas da vossa idade se distinguem dos rapazes e das raparigas dos outros países europeus pela língua-mãe, pelas tradições e pela História que carregam e pelo amor a Portugal, mas não já pela qualidade da escola e do *campus* universitário, não já pelo acesso à cultura ou à informação, não já pelas hipóteses de escolher de acordo com os gostos, as capaci-

dades e os desejos de cada um, não já pelo nível de remuneração ou o valor das pensões a que podem aspirar, não já pela qualidade ou esperança de vida, nem pelas exigências em matéria de ambiente, nesse dia, muito mais teremos cumprido.

Aplausos do PSD, do CDS-PP e de alguns Deputados do PS.

É que o que chamamos 25 de Abril não se esgotou no dia 25 de Abril de 1974, nem no processo de consolidação democrática. Não foi um fim, foi um começo. Desta perspectiva, todos os dias cabe celebrá-lo e lembrar-lhe as exigências a cada geração que passa.

A luta contra as desigualdades faz parte integrante dessas exigências. Há que ter capacidade de querer e de cultivar a esperança. Muitos perguntarão: seremos capazes? E porque não? Fomos capazes de tudo em oito séculos e meio de História. Agora, convosco, vamos ser capazes. E, de outra perspectiva: vocês, connosco, vão ser capazes.

Aplausos do PSD e do CDS-PP (de pé), de alguns Deputados do PS e de público presente nas galerias.

O Sr. Presidente da Assembleia da República: —

Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da República de Cabo Verde, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal Constitucional, Sr.^{as} Ministras e Srs. Ministros, Sr.^{as} Embaixadoras e Srs. Embaixadores, Altas Entidades presentes, Sr.^{as} Deputadas e Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores:

É para mim subida honra, Sr. Presidente da República, saudar V. Ex.^a, em meu nome pessoal e em nome do Parlamento ainda há pouco tempo eleito, no acto solene inaugural da IX Legislatura.

Homens da mesma geração — V. Ex.^a com um pouco mais de experiência de vida, ainda assim, para não dizer que é mais velho —...

Risos.

... trilhámos, desde os bancos da Faculdade de Direito de Lisboa, caminhos paralelos, que, paradoxalmente, contrariando as leis da geometria, agora se aproximam, ao caber-nos a gravíssima responsabilidade do desempenho das mais altas magistraturas do Estado.

O cargo que me conferiram as Sr.^{as} Deputadas e os Srs. Deputados, ao elegerem-me Presidente da Assembleia da República, mandata-me, além do mais, para tarefas de diálogo e cooperação institucional com V. Ex.^a. Nem vale a pena articular, por ser um facto notório — e recorro ao nosso jargão de advogados —, quanto prazer me dá trabalhar com o Presidente Jorge Sampaio. Reforçado pela lição do exemplo cívico de V. Ex.^a, procurarei sempre manter o rumo antigo de serviço à liberdade, à democracia, a Portugal.

Aplausos do PSD, do CDS-PP e de alguns Deputados do PS.

Sr. Presidente da República, Minhas Senhoras e Meus Senhores: A Assembleia da República inicia solenemente a sua IX Legislatura na data festiva do 25 de Abril e em homenagem à Revolução do 25 de Abril, como muito bem sugeriu, com ênfase, o poeta de Abril, Manuel Alegre, infelizmente, por motivo de doença, ausente da nossa companhia, hoje.

A medida que os anos vão rolando, esfumam-se na memória de cada um os pormenores dessa jornada tão particular, vivida intensamente de um extremo ao outro do nosso País. Não assim no livro grande da História de Portugal, onde os factos desse dia e as suas imediatas consequências estão escritas em indeléveis letras de ouro.

O que começou por ser o gesto heróico de ruptura dos bravos Capitães de Abril — que amistosamente identifique na galeria dos convidados de honra e a quem presto, em nome do Parlamento, uma comovida homenagem —, esse gesto heróico, dizia, em breve se transformou num levantamento nacional, reclamando todo o Povo Português as liberdades que o regime autoritário teimosamente lhe negava. Isto apesar da justa luta das mais variadas personalidades e correntes políticas, todas elas contribuindo para a formação do código genético do 25 de Abril.

Os alvares benfazejos da madrugada libertadora aceleraram o relógio da nossa vida colectiva. Acordando estremunhada, a nação portuguesa teve de levar a cabo em meses escassos o que deveria ter sido feito em décadas anteriores.

Desde logo, a descolonização. E que feliz coincidência ter hoje, entre nós, a celebrar Abril connosco, o Presidente da República de Cabo Verde, o Comandante Pedro Pires, a quem saúdo com cumplicidade de ilhéu, ele próprio um dos combatentes pela emancipação do seu Povo! Revemo-nos todos nos progressos democráticos e de desenvolvimento desse arquipélago atlântico, com tantas afinidades com as nossas belas ilhas dos Açores e da Madeira, faróis hodiernos do mar alto português.

Aplausos do PSD, do CDS-PP e de alguns Deputados do PS.

E de boa vontade abrimos as portas e também os nossos corações à numerosa comunidade cabo-verdiana entre nós estabelecida, que, partindo de condições difíceis, vem ascendendo, naturalmente, na sociedade portuguesa, alegrando-a e enriquecendo-a com um toque de graça, étnica e cultural.

Cabo Verde é o paradigma do que todos gostaríamos que tivesse sido a descolonização: um rasgar de caminhos novos para sociedades livres e estabilizadas, fortemente comprometidas com o seu processo de desenvolvimento. Infelizmente, assim não foi em todos os casos. Valha-nos, agora, verificar, cheios de esperança, a auspiciosa construção da paz em Angola, precedida, desde há anos, por Moçambique, bem como a já iminente independência de Timor Loro Sae. O grande desígnio de uma Comunidade dos Povos de Língua Portuguesa, com activa participação do Brasil, parece estar saindo da bruma dos sonhos para o plano das realidades e coloca a todos os interessados desafios vitais.

Mas o 25 de Abril não libertou apenas os povos colonizados: começou por libertar, antes de mais, o Povo Português! A imediata restauração das liberdades cívicas e das instituições democráticas levou, com alguns incidentes de percurso, às eleições para a Assembleia Constituinte e à elaboração da nova Constituição da República, uma das mais avançadas do Mundo. Desses incidentes — que foram, nem mais nem menos, uma revolução a valer — ficaram, em quem por lá andou, de um lado ou do outro das barricadas, recordações com sabor de romantismo.

O tranquilo evoluir do regime político estabelecido pela nossa Lei Fundamental, com as suas legítimas e salutares modernizações, realizadas mediante procedimentos de revisão constitucional, torna patente a vitalidade da democracia portuguesa, já amadurecida pelo decurso do tempo e pela experiência regular da sábia regra da alternância de maiorias de governo. E tudo isso — a liberdade dos portugueses e das portuguesas, o normal funcionamento das instituições, a arrancada do progresso, a adesão à Europa e os horizontes de um arrojado projecto de inovação e de justiça social —, tudo isso é afinal fruto maduro de Abril, o genuíno ideal da Revolução feito vida, o 25 de Abril em marcha.

Sr. Presidente da República, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Não é por saudosismo vão que a Assembleia da República vem assinalando, anualmente, o aniversário da Revolução dos Cravos. O autoritarismo ditatorial, censório e repressivo foi de ontem; a liberdade, a democracia e a justiça social são de hoje, de amanhã e de sempre!

Aplausos do PSD, do CDS-PP, do BE e de alguns Deputados do PS.

O nosso solene encontro desta manhã não nos cristaliza na contemplação do passado; olha-o apenas de relance, na exacta medida necessária para conferirmos o sentido dos nossos passos apressados rumo ao futuro.

Para assinalar bem que é este o objectivo, a Assembleia da República passa a convidar para esta sessão solene uma representação simbólica da geração jovem, raparigas e rapazes nascidos já depois do 25 de Abril, que trazem beleza e juventude às galerias do vetusto Palácio de São Bento.

Aplausos gerais.

Foi para eles e elas, em boa verdade, que se fez a Revolução e se pôs a funcionar uma democracia moderna, assente sobre a liberdade, o pluralismo e os direitos humanos. Eles são o nosso país projectado para os anos que estão para vir. A seu tempo, vão ter que assumir Portugal e continuar em frente, desvendando um destino colectivo multissecular, visando novas utopias.

Coube-lhes em sorte viver tempos fascinantes, sem repressão nem medos, aureolados de bem-estar e liberdade. Incertezas há também e até alguma angústia, perante a ameaça do desequilíbrio ecológico e da mudança global, a instabilidade do emprego, a desumanização das relações sociais, subordinadas ao império do dinheiro e da violência, as crescentes tensões internacionais. Mas por maiores

perplexidades que provoquem estas novas interrogações, sabemos todos, como povo antigo e crestado pelo muito sofrer, que já passámos por pior e vencemos.

No início da IX Legislatura, a Assembleia da República marca uma posição firme de disponibilidade e compromisso com a problemática que defronta a nova geração, mas que pesa, num sentido transversal, sobre toda a gente.

Temos uma agenda para cumprir. Queremos intensificar a nossa participação interactiva com a sociedade civil, de modo que o mandato democrático conferido aos membros do Parlamento seja apreendido pelos cidadãos e pelas cidadãs como algo verdadeiro e útil.

As questões que hoje nos afligem estão identificadas, as soluções são, porém, difíceis. O confronto de ideias e de propostas alternativas, que constitui afinal o cerne do debate parlamentar, permitirá escolher ponderadamente, os caminhos do porvir.

Em liberdade e democracia, no respeito dos direitos humanos, na permanente luta pela justiça social — numa palavra, com a herança de Abril — havemos de triunfar sobre qualquer vestígio de desânimo sombrio.

Recusamos admitir que a crise dos regimes representativos e as contradições da sociedade globalizada não tenham outra saída que não sejam os extremismos, sempre prontos para desacorrentar velhos demónios, que tanta devastação causaram em tempos idos.

Abril é tempo de fecundidade e de esperança! Impõe-se uma revisitação dos padrões éticos que fundaram sociedades confiantes. A Assembleia da República, renascida de eleições livres, onde também há tanta juventude e caras novas, nas quais se lêem generosos idealismos, tem de estar na primeira linha dos combates do futuro, não por galas ou prebendas, mas com um trabalho competente e sério, animado pelo propósito de bem servir Portugal.

Aplausos gerais, tendo os Deputados do PSD e do CDS-PP aplaudido de pé.

Vai usar da palavra, no uso das suas prerrogativas constitucionais e para dirigir uma mensagem ao Parlamento, o Sr. Presidente da República.

O Sr. Presidente da República (Jorge Sampaio): — Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Presidente da República de Cabo Verde, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal Constitucional, Sr. Presidente do Tribunal de Contas, Sr. Procurador-Geral da República, Srs. Ministros da República para os Açores e para a Madeira, Srs. Conselheiros de Estado, Srs. Deputados, Srs. Embaixadores, Excelências, Demais Autoridades Cíveis e Militares, Ilustres Convidados:

Duas razões nos reúnem hoje, aqui. A primeira é a liberdade e a sua celebração, liberdade reencontrada em 25 de Abril de 1974. A segunda é a abertura de uma nova Legislatura, que ocorre após uma substancial renovação política.

Agradeço, pois, à Assembleia da República o amável convite para presidir a esta dupla cerimónia e quero saudar todos os senhores Deputados, desejando-lhes um trabalho profícuo.

Saúdo, muito em particular, o Sr. Presidente da Assembleia da República, a quem desejo as maiores felicidades pessoais, também no desempenho do seu cargo, e agradeço o talento cultural e também parlamentar com que V. Ex.^a mostrou a todos que o meu bilhete de identidade é mais pesado do que o seu!

Risos.

É sempre bom, Sr. Presidente, não ter ilusões a esse respeito. Bem haja por isso!

Quero deixar uma saudação — que certamente se compreenderá — de muito respeito e amizade ao Sr. Deputado Almeida Santos e agradecer-lhe tudo o que tem feito pela democracia portuguesa.

Aplausos gerais, de pé.

Da minha parte, Sr. Presidente e Srs. Deputados, esta Casa poderá continuar a contar com uma total disponibilidade para prosseguirmos um estreito diálogo institucional, baseado no respeito mútuo e na autonomia de cada órgão de soberania. Como tenho repetidamente afirmado, considero que a cooperação e a solidariedade entre órgãos de soberania, no respeito pelos princípios constitucionais da separação e da interdependência, constituem não apenas um elemento fundamental do funcionamento do nosso regime político mas também um factor importante para podermos responder às particulares exigências que se colocam ao País.

Neste Dia da Liberdade, é-me grato renovar a nossa homenagem e o nosso profundo reconhecimento aos Srs. Militares que, com grande coragem e risco pessoal, souberam pôr fim a um regime retrógrado e ditatorial, abrindo o nosso País ao futuro. Ao evocarmos a data fundadora do nosso regime democrático, não esquecemos todos quantos contribuíram — e foram muitos, felizmente! — para pôr fim a uma opressão de décadas, permitindo que Portugal saísse da estagnação e do isolamento.

Saúdo, em nome de Portugal, os Srs. Embaixadores e outros representantes diplomáticos aqui presentes, reafirmando-lhes a nossa vontade de contribuirmos para a construção de um mundo em que o respeito pelos direitos humanos, a paz e a cooperação sejam os alicerces de uma ordem internacional baseada no direito, na segurança, na justiça e na paz.

Quero saudar também os muitos jovens estudantes que hoje assistem a esta sessão e congratulá-los por terem já conseguido uma coisa que normalmente é impossível: já se pode aplaudir das galerias.

Aplausos do público presente nas galerias.

Naturalmente, o Sr. Presidente acabou de me dizer que isso é só hoje. Está claro.

Risos.

Celebramos, Sr.^{as} e Srs. Deputados, a liberdade com confiança, na certeza de que apenas a democracia permite

encontrar as soluções para os problemas com que nos defrontamos. Celebramos a liberdade com a consciência de que ela não é algo de adquirido para sempre, mas um valor essencial que tem de ser constantemente afirmado, praticado e enaltecido.

O simbolismo e o significado desta cerimónia são ainda sublinhados, de uma forma particularmente eloquente, pela presença entre nós do Sr. Presidente da República de Cabo Verde, Comandante Pedro Pires. Quero saudá-lo com velha amizade e o respeito devido a um estadista que votou toda a sua vida, com persistência e dedicação, ao seu país, compreendendo, como poucos, os novos caminhos que, em cada momento, se abriam para o futuro.

A história, a língua e as intensas relações entre Cabo Verde e Portugal têm-se reforçado constantemente. A relação especial entre os nossos dois países espelha-se também no facto de viver entre nós uma grande comunidade cabo-verdiana, que já vai na terceira geração.

Vinte e sete anos depois de uma descolonização atrasada no seu tempo histórico, Portugal e Cabo Verde reafirmam, nesta cerimónia, um relacionamento histórico e cultural que sobreviveu às circunstâncias do colonialismo e se reforçou desde a independência.

Aplausos do PSD e do PS.

Saúdo igualmente os povos dos restantes países de língua portuguesa, permitindo-me individualizar Angola, para exprimir o nosso regozijo pelo recente acordo que visou pôr fim a uma guerra de 30 anos e para formular os mais sinceros votos de sucesso na consolidação dessa paz, tão merecida e desejada pelo povo angolano.

Aplausos do PSD, do PS e do público presente nas galerias.

Uma palavra distintiva, também, para Timor Leste, que em breve, com a sua independência, rasga os horizontes de um futuro que queremos de desenvolvimento e progresso. No momento em que se completa a formação do novo Estado, com a eleição sucessiva da Assembleia Constituinte e do Presidente da República, quero saudar, muito calorosamente, o povo de Timor Leste, todos os seus representantes eleitos e, em especial, o Sr. Presidente, Xanana Gusmão.

Aplausos gerais.

Para Portugal, este é também o momento em que encerramos simbolicamente um ciclo da nossa História. A democracia portuguesa fá-lo com a consciência que é no relacionamento entre Estados livres e democráticos que melhor se consolidam as relações históricas, linguísticas e culturais que há séculos unem Portugal a esses países e ao seus povos.

Sr. Presidente e Srs. Deputados: Com a passagem dos anos, é cada vez maior o número de portugueses para quem a Revolução do 25 de Abril é, não uma experiência vivida, mas uma data marcante da nossa História. Esta nova geração de jovens é aquela que assegurará o futuro de Portugal. Aquela a quem temos de saber passar o testemunho.

A ideia que a esmagadora maioria deles faz do regime anterior ao 25 de Abril é muito difusa e essencialmente centrada no problema das liberdades. Mal lhes ocorre a extensão dos problemas económicos, sociais e culturais que foram consequência desses 48 anos de um autoritarismo conservador. A verdade é que, no espaço de um quarto de século, o País transformou-se profundamente: bastantes desses problemas puderam ser resolvidos, mas muitos há ainda por resolver, num contexto que é claramente de grande exigência.

O nosso caminho foi árduo. A liberdade tornou possível a construção de uma sociedade aberta, que restituiu aos portugueses a confiança no seu destino individual e colectivo. Com visão, a democracia abriu-nos as portas da Europa e devolveu a Portugal a dignidade do seu lugar entre as nações livres. O regime democrático consolidou-se e demonstrou a sua capacidade para definir estratégias nacionais e para resolver crises políticas, como aconteceu recentemente.

A invocação das principais realizações e virtualidades da democracia portuguesa, mas também das suas novas exigências, parece-me ser o ponto de partida mais adequado para uma reflexão sobre o futuro e, designadamente, sobre os princípios políticos que devem orientar a sua evolução. Quero partilhar tal reflexão com esta Assembleia, em sinal de respeito político e institucional e porque esta Casa deve ser o centro dos grandes debates nacionais.

Parece-me importante sublinhar, Sr. Presidente e Srs. Deputados, antes de mais, quatro princípios que considero imprescindíveis para o desenvolvimento da nossa democracia.

O primeiro é o princípio da responsabilidade política. Este vincula as instituições e os dirigentes aos cidadãos, na definição colectiva das prioridades nacionais, das estratégias e dos programas. Devemos empenhar-nos cada vez mais na realização deste princípio, quer na regular prestação de contas dos responsáveis políticos, quer na participação exigente dos cidadãos, a todos os níveis da nossa sociedade.

O segundo princípio é o da tolerância, que se torna mais relevante quando se voltam a agitar os espectros do fanatismo, do racismo e da exclusão, com a manipulação fácil e demagógica do medo, dos preconceitos e da insegurança. Sem segurança, não há liberdade; sem tolerância não há civilidade. O respeito pelos outros, pelos nossos concidadãos, pelos imigrantes, pelos outros povos e outras nações é, e deve continuar a ser, uma característica da nossa cultura humanística, da nossa vida democrática e da nossa maneira de estar no mundo.

Aplausos gerais.

O terceiro princípio é o da solidariedade e da coesão social, que precisam ser reforçadas no quadro de um desenvolvimento sustentado, que tem como objectivo aproximar-nos dos níveis de progresso das economias europeias mais desenvolvidas. Portugal continua a conhecer manifestações inaceitáveis de pobreza, de marginalização e de exclusão. Urge, por um lado, combatê-las de uma forma tão sistemática quanto possível e, paralelamente,

definir estratégias que as previnam. Sabemos hoje que, quanto mais uma sociedade é avançada, mais importantes são os factores não económicos de desenvolvimento.

Aplausos de alguns Deputados do PS.

O quarto princípio de que vos falo é o da descentralização, cuja pertinência resulta tanto da necessidade de fortalecer as instituições democráticas e o Estado como da exigência, natural numa sociedade moderna, de uma crescente devolução de poderes, de responsabilidades e de meios às chamadas associações intermédias, aos movimentos cívicos e aos próprios cidadãos. A descentralização e a desconcentração são urgentes para racionalizar responsabilidades e recursos, para ultrapassar a sobrecarga e a dispersão perigosa das obrigações do Estado. A descentralização de poderes constitui uma condição indispensável para fortalecer a sociedade e, sobretudo, para empenhar os cidadãos nos processos de decisão política e na vida comunitária.

Aplausos do PSD, do PS e do PCP.

Com este último princípio, Sr. Presidente e Srs. Deputados, se liga a reforma política. Como Presidente da República, cabe-me alertar-vos, Srs. Deputados, para a necessidade de possuímos instrumentos de intervenção política mais capazes de mobilizar os cidadãos e de contribuir para a resolução dos nossos problemas. É o que tenho feito regularmente, alertando para a necessidade urgente de as reformas se dirigirem ao conjunto dos meios — sublinho, ao conjunto dos meios — de que depende o seu sucesso: isto é, do financiamento dos partidos políticos às leis eleitorais, da reforma desta Assembleia à remuneração dos cargos políticos, do regime de incompatibilidades à reforma dos partidos.

Sei que as actuais dificuldades da situação financeira podem sugerir que as questões sociais e as questões da reforma do sistema político não são prioritárias. Eu penso o contrário. Um sistema político credibilizado e eficaz tem maiores possibilidades de sucesso na condução de uma política de reequilíbrio financeiro. Do mesmo modo, uma sociedade consciente de que as questões sociais permanecem como prioridades do Estado mais facilmente aceita encarar os sacrifícios que eventualmente sejam necessários.

Aplausos do PSD, do PS, do CDS-PP e do Deputado do BE João Teixeira Lopes.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Excelências: Nos últimos meses, o debate político tem sido vivo e intenso, no quadro plural da nossa democracia, permitindo ao eleitorado fazer as suas escolhas. Julgo que estamos agora em condições de recentrar as nossas preocupações numa agenda que valorize os objectivos nacionais de médio e longo prazos.

Apesar da premência de algumas questões, que abordei já — e não vou repetir — no discurso de posse do Governo, não devemos perder de vista esses designios. Permitam-me que reitere a minha preocupação pela falta

de discussão sobre o futuro político da Europa, que será sempre decisivo para Portugal. Sem a abertura e consolidação de um grande debate sobre este tema, a defesa dos nossos interesses colectivos dificilmente assentará, como é urgente, numa opinião pública crítica, esclarecida e empenhada.

Aplausos do PS, do BE e de alguns Deputados do PSD.

O grande desafio com que nos defrontamos a médio e a longo prazos é, seguramente, o de manter o crescimento económico em moldes que nos aproximem cada vez mais da média europeia, mantendo e reforçando ao mesmo tempo a nossa coesão social.

Na presente década, Portugal terá de fazer face a um conjunto de desafios decorrentes do alargamento do espaço da União Europeia e do crescimento da importância da sociedade de informação e do conhecimento. São estes desafios sérios, nos quais se joga o nosso futuro em termos de progresso e de convergência real com as economias europeias mais desenvolvidas.

A complexidade do tempo que vivemos exige mais informação, maior esclarecimento, mais consciência e maior compreensão. A ciência está indissoluvelmente ligada à ideia de futuro; a inovação ao caminho que construímos para lá chegar, todos os dias. Não há grandes temas do presente que não façam intervir a mudança e a inovação: dos oceanos às alterações climáticas, do ambiente à saúde pública, do desenvolvimento à exclusão social, da utilização dos recursos à gestão eficaz dos grandes sistemas tecnológicos. Portugal precisa, pois, de melhorar o debate público sobre as condições da sustentabilidade, dando-lhe uma nova dimensão nos diversos planos: científico, técnico, jurídico, ambiental, prospectivo.

Aplausos do PS.

Como tem sido dito, Sr. Presidente e Srs. Deputados, estamos também confrontados com a necessidade de um novo modelo de competitividade para Portugal, que nos obriga a buscar o desenvolvimento de novos produtos, de novos serviços e de novas oportunidades, ultrapassando o modelo tradicional baseado nos baixos salários. Este novo modelo exige uma maior capacidade científica e tecnológica, em termos dos recursos humanos do País e das empresas, implicando a necessidade de uma maior competitividade dos nossos sistemas de ensino, de formação profissional, de educação ao longo da vida. Mas implica também a capacidade para desenvolvermos uma nova cultura empresarial baseada na inovação, na competência e na vontade de empreender, única forma de podermos competir num espaço cada vez mais globalizado. Sem uma classe empresarial virada para iniciativas de base tecnológica e sem uma crescente componente de informação e de conhecimento, francamente, será difícil congregarmos os factores decisivos de competitividade, que são a inovação, a tecnologia e a capacidade estratégica.

É necessário que saibamos actuar directamente nos mercados mais exigentes e inovadores, que apostemos nos

factores de diferenciação e de inovação, na capacidade de desenvolvimento de novos produtos e serviços em parceria e em cooperação.

É este o grande desafio, mas também a grande oportunidade, que nos coloca o alargamento da União Europeia. Para fazermos eficazmente face a uma competitividade superior numa Europa alargada, as nossas empresas terão de alterar a sua estratégia em termos de recursos humanos, de posicionamento em relação ao mercado e às empresas suas parceiras, quer sejam clientes ou fornecedores. Precisamos de reforçar as nossas empresas com profissionais cada vez mais capazes, o que por sua vez exige uma perspectiva mais integrada da melhoria do nosso sistema de ensino, de aquisição de conhecimentos científicos e de formação profissional.

Aplausos do PSD, do PS e do CDS-PP.

A aposta nas pessoas, na sua educação e formação, é hoje não apenas um factor incontornável do desenvolvimento mas uma dimensão decisiva da identidade cultural de um país. Temos, pois, que garantir que os sistemas de ensino e de formação respondam a esta necessidade estratégica de qualquer sociedade moderna e devemos assegurar também um sistema de avaliação, exigente, solidário, mas também rigoroso, que permita, de modo sistemático, aferir com seriedade o trabalho que se faz e orientá-lo face ao desejável.

Aplausos do PSD, do PS e do CDS-PP.

O sucesso de uma economia baseada na inovação repousa na vontade de transformar a situação existente, de aderir a novos procedimentos, de valorizar a aprendizagem, que não passa, Sr. Presidente e Srs. Deputados, só por instituições e programas.

Passa pelas perspectivas e aspirações das pessoas. Em suma, pelas perspectivas e aspirações dos cidadãos. E se não formos capazes de, colectivamente, definir um desígnio, um futuro desejável, então o futuro que nos espera nunca nos pertencerá, será sempre dos outros e será sempre olhado como uma ameaça.

As questões do crescimento económico mudaram de paradigma e é preciso tê-lo em conta. É hoje claro que o crescimento económico depende cada vez mais de factores não económicos. Entre eles, importa também salientar todos aqueles que induzem a integração e a responsabilidade social.

Desde logo, os portugueses têm hoje uma consciência muito precisa do contributo que cada um dos grupos sociais e profissionais dá ao conjunto da sociedade. Assim, temos de reconhecer que, ao longo das últimas décadas, em cada crise financeira, o esforço de recuperação se concentrou sempre nos mesmos grupos sociais e profissionais, sem que isso tenha tido, como contrapartida, a diminuição do número daqueles que iludem as suas responsabilidades para com o Estado e para com a sociedade.

Aplausos gerais.

A consciência desta injustiça é dificilmente suportável e tem efeitos graves.

É preciso agir com rigor, dando à justiça social o valor que sempre deve ocupar como orientador das políticas do Estado. A luta contra a fraude e a evasão fiscais é uma luta central no processo de modernização da sociedade portuguesa, na afirmação dos valores da equidade e da justiça e, também, na recuperação das finanças públicas.

Aplausos gerais.

Na defesa destes valores, os portugueses poderão contar sempre com o Presidente da República.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Excelências: Defrontamo-nos também com problemas decorrentes da nova estrutura demográfica da população portuguesa e com mudanças no modelo tradicional da família. As consequências destas novas situações estendem-se, importa sublinhá-lo, aos mais variados domínios: das políticas de imigração ao problema da toxicodependência, da criminalidade ao desenho das políticas sociais, da segurança ao urbanismo.

Não podemos olhar para estes problemas de uma forma apenas assistencialista e meramente reactiva, entendendo somente o papel do Estado como minorador dos seus aspectos negativos. Há um conjunto de valores humanistas que nos devem reger. O primeiro deles reconhece na dignidade da pessoa humana o princípio orientador da nossa acção. A solidão e o desespero de quem se sente abandonado e inútil para a família e para a sociedade; a revolta de quem se sente usado como mão-de-obra, mas estrangeiro, estranho, excluído e sem direitos na sociedade para a qual produz riqueza; o desespero das famílias que perdem a capacidade de diálogo com os seus filhos e os vêem mergulhar na toxicodependência, tudo isto são questões essenciais que hoje interpelam de forma angustiante a nossa sociedade, a nossa sensibilidade e os nossos padrões.

Aplausos do PS.

Temos de considerar os cidadãos mais velhos como parte integrante e activa da sociedade e ajustar o modelo de relação entre gerações. Temos de tornar a sociedade mais sensível a esta realidade e mais flexível às suas consequências. Temos de estimular novas estratégias de recrutamento e de recursos humanos das empresas, que necessitam de encontrar formas criativas de manter a inigualável mais-valia da experiência e do conhecimento. Temos de estimular as famílias a ver na relação entre gerações um elemento essencial da coesão familiar, da transmissão de saberes e experiência e de um sentido de entreajuda que a todos deve envolver.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Excelências, Minhas Senhoras e Meus Senhores: A máxima de Camões — todo o mundo é feito de mudança — continua a ser verdadeira. Vivemos tempos em que a única certeza parece ser a da mudança. São tempos simultaneamente exaltantes, pela multiplicação das oportunidades, e perigosos, pela difusão de novos riscos e de novas ameaças.

Há duas maneiras, e só duas, de responder aos tempos de crise: ou recusar os riscos e perder as oportunidades, ou correr os riscos e tirar partido das oportunidades.

A diferença entre essas duas atitudes é o que distingue uma sociedade aberta, segura de si e confiante no futuro, de uma comunidade deprimida, arcaica e fechada. Pela minha parte, não tenho dúvidas de que a força, a legitimidade e a credibilidade das instituições políticas são essenciais para fazer a diferença entre uma sociedade assente nos valores da confiança e uma comunidade anémica. Um Estado democrático e moderno, que saiba exercer bem os seus poderes, as suas responsabilidades e o seu domínio de acção, fortalece a sociedade, a sua capacidade de se organizar e modernizar, dando aos cidadãos confiança para tomar nas mãos o seu destino.

Os portugueses têm, apesar das dificuldades, razões fundadas para poderem acreditar nas suas capacidades individuais e colectivas. É este, talvez, o melhor e o maior legado do 25 de Abril. A maior riqueza de que Portugal pode dispor são os portugueses e as portuguesas. É deles e do seu trabalho que depende e dependerá o nosso progresso e a nossa prosperidade. Por isso, não me canso de dizer que é necessário fazer mais, sempre mais, para que os níveis de educação escolar e de formação ao longo da vida da nossa população, sejam cada vez mais elevados. Só assim, cada português disporá de melhores meios para se sentir apto a agir, a trabalhar e a vencer no mundo do século XXI.

Ultrapassámos, Sr. Presidente e Srs. Deputados, na nossa história recente, barreiras bem mais complexas do que aquelas que hoje se nos deparam. Venceremos também os obstáculos que agora surgem no nosso caminho. Para isso, temos todos, todos, de rejeitar o pessimismo e a resignação.

A compreensão lúcida do que está em causa e do que é preciso fazer, a valorização — sublinho, a valorização — do que somos e do que temos, o trabalho com método, com perseverança e com rigor, são estas as respostas que devemos dar às interpelações que o presente nos faz. Certos de que assim saberemos vencer, prosseguindo o caminho que o 25 de Abril nos abriu.

Viva a Liberdade!

Viva o 25 de Abril!

Viva a República!

Viva Portugal!

Aplausos gerais, de pé.

O Sr. Presidente: — Sr.^{as} Deputadas e Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Com a mensagem presidencial, fechou com chave de ouro a série de discursos que assinalaram, no início da IX Legislatura da Assem-

bleia da República, o 25 de Abril. Não poderíamos, certamente, ter um modo mais auspicioso de inaugurar a nossa IX Legislatura.

Agradeço a todos os Ilustres Convidados a comparência e, de uma maneira especial, aos jovens que vieram aqui dar-nos a presença e a graça do Portugal de Abril.

Está encerrada a sessão.

Neste momento, a Banda da Guarda Nacional Republicana, colocada junto aos Passos Perdidos, executou, de novo, o Hino Nacional, que foi cantado de pé.

Aplausos gerais, de pé.

Eram 12 horas e 40 minutos.

Faltaram à sessão os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social Democrata (PSD):

Álvaro Roque de Pinho Bissaia Barreto
Ana Paula Rodrigues Malojo
António Manuel da Cruz Silva
António Paulo Martins Pereira Coelho
Eduardo Artur Neves Moreira
Joaquim Martins Ferreira do Amaral
Luís Cirilo Amorim de Campos Carvalho
Marco António Ribeiro Santos Costa
Miguel Fernando Alves Ramos Coleta
Pedro Filipe dos Santos Alves
Rui Miguel Lopes Martins de Mendes Ribeiro
Sérgio André da Costa Vieira

Partido Socialista (PS):

Antero Gaspar de Paiva Vieira
António Ramos Preto
Fernando Manuel dos Santos Gomes
Gustavo Emanuel Alves de Figueiredo Carranca
Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho
Laurentino José Monteiro Castro Dias
Luís Manuel Carvalho Carito
Luísa Pinheiro Portugal
Manuel Alegre de Melo Duarte
Manuel Maria Ferreira Carrilho
Sónia Ermelinda Matos da Silva Fertuzinhos
Valter Victorino Lemos

Partido Popular (CDS-PP):

Álvaro António Magalhães Ferrão de Castello-Branco
João Nuno Lacerda Teixeira de Melo

A DIVISÃO DE REDACÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL.



Depósito legal n.º 8818/85

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.

1 — Preço de página para venda avulso, € 0,05 (IVA incluído).

2 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Outubro, Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa.

3 — O texto final impresso deste *Diário* é da responsabilidade da Assembleia da República.

PREÇO DESTE NÚMERO (IVA INCLUÍDO 5%)

€ 1

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e assinaturas do «Diário da República» e do «Diário da Assembleia da República», deve ser dirigida à administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A., Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 - 1099-002 Lisboa